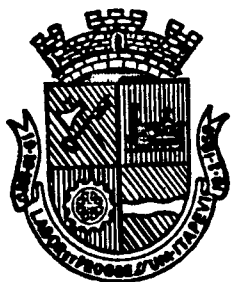


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 032/96

PROJETO N.º 031/96

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO Estabelece Diretrizes Orçamentárias
para o Exercício Financeiro de 1.997



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 23/96

Itapevi, em 28 de maio de 1996.

Senhor Presidente

Sirvo-me do presente para encaminhar, através de Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Câmara de Vereadores, o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1997, nos termos do artigo 265, § 2º, da Constituição Federal e artigo 109 e seguintes da Lei Orgânica do Município.

A anexa proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias contém princípios gerais, que uma vez aprovados, valerão para a confecção do orçamento de 1997.

As metas e prioridades foram prévia e amplamente discutidas no âmbito de cada Secretaria do Município, passando por reuniões e discussões até que se chegasse a um consenso consubstanciado no Projeto ora apresentado.

Desse modo, por entender ser a Lei de Diretrizes Orçamentárias um importante instrumento no processo de ajustamento das finanças públicas e na definição de prioridades e da aplicação de recursos, é que submeto à apreciação de Vossa Excelência e demais Nobres Vereadores o referido Projeto de Lei.

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

JADIR FRANCISCO DE SOUZA

MD. Presidente da Câmara Municipal de
ITAPEVI - SP

RECEBEMOS
04 / 11 / 96
SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 031, de Junho de 1996.

Estabelece Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 1997

A COMISSÃO DE nº 01
Sala das sessões nº 02
04 / 06 / 96
Presidente
APROVADO em 1ª Discussão
Sala das sessões 25 / 06 / 1996
Presidente
APROVADO em 2ª Discussão
Sala das sessões 25 / 06 / 1996
Presidente

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi.

Faz saber que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as metas e prioridades do Governo Municipal, para o exercício de 1997, bem como as orientações para elaboração do orçamento do período e das alterações na legislação tributária.

Parágrafo único - Desta Lei consta ainda, as autorizações relacionadas ao Pessoal do Município.

Artigo 2º - No exercício financeiro de 1997 o Município buscará alcançar, dentre outras, as prioridades e metas a seguir especificadas:

I - execução de obras de ampliação e implantação de novos Postos de Saúde, procurando priorizar as áreas de maior concentração populacional;

II - aquisição de equipamentos médicos para reposição daqueles inutilizados pelo uso, bem como para os novos Postos de Saúde;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

III - execução de obras de saneamento básico, por intermédio de empresa concessionária, ou, ainda, em sistema de parceria entre o Município e a concessionária;

IV - construção de novas instalações para funcionamento de creches e pré-escolas, bem como reforma das já existentes;

V - implementação da política de atendimento à criança e adolescente, através de colaboração com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

VI - Criação de programas especiais para idosos e de assistência às pessoas portadoras de deficiência física;

VII - criação de espaços para a prática de esportes e lazer;

VIII - execução de obras de infra-estrutura urbana nas vias e logradouros públicos, com implantação e recuperação de pavimentação asfáltica;

IX - adoção de uma política municipal de maior proteção ao meio ambiente, sobretudo com implementação de técnicas avançadas de tratamento de lixo domiciliar e hospitalar, bem como de restrição ao uso de áreas de riscos geológicos;

X - adoção de medidas visando à instalação de indústrias não poluentes no Município, como forma de aumentar a arrecadação e criação de novos empregos;

Artigo 3º - Para implantação das prioridades e atingimento das metas de que tratam o artigo 2º desta Lei, o Município observará as seguintes diretrizes:

I - a representação formal se fará segundo as prescrições da Lei Federal nº 4230, de 31 de março de 1964, ou de Lei Complementar que a respeito vier a dispor;

II - as dotações orçamentárias deverão refletir a vinculação estabelecida pela Constituição, no seu artigo 212, bem como os limites às despesas com pessoal por este impostos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 4º - O Executivo deverá propor sempre que necessário Projetos de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição ou aperfeiçoamento da legislação sobre contribuição de melhoria;

II - adequação das alíquotas e bases de cálculos das taxas à realidade do Município e ao custo dos serviços prestados;

III - adequação da Planta Genérica de Valores, objetivando melhoria na arrecadação dos Impostos Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e sobre a Transmissão de Bens Imóveis "Inter Vivos"; e;

IV - revisão das alíquotas e da legislação do Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza.

Artigo 5º - No exercício financeiro de 1997, fica o Executivo autorizado a admitir pessoal na forma da Lei, para atendimento dos serviços públicos, observados o número de cargos criados por Lei, ou de empregos para atender as necessidades de excepcional interesse público na forma da legislação aplicável.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Itapevi, aos 28 de maio de 1996.


JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI Nº 031/96.

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada há que se
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura estabelece as
diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1.997, devendo, pois,
ser aprovado.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer
favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação
do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 24
de junho de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI
Nº 031/96.

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada há que se
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura estabelece as
diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1.997, devendo, pois,
ser aprovado.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer
favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação
do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 24
de junho de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTÔNIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAL FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

AUTÓGRAFO Nº 033/96

(Projeto de Lei nº 031/96 - DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

"Estabelece Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 1997"

Artigo 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as metas e prioridades do Governo Municipal para o exercício de 1997, bem como as orientações para elaboração do orçamento do período e das alterações na legislação tributária.

Parágrafo único - Desta Lei consta, ainda, as autorizações relacionadas ao Pessoal do Município.

Artigo 2º - No exercício financeiro de 1997 o Município buscará alcançar, dentre outras, as prioridades e metas a seguir especificadas:

I - execução de obras de ampliação e implantação de novos Postos de Saúde, procurando priorizar as áreas de maior concentração populacional;

II - aquisição de equipamentos médicos para reposição daqueles inutilizados pelo uso, bem como para os novos Postos de Saúde;

III - execução de obras de saneamento básico, por intermédio de empresa concessionária ou, ainda, em sistema de parceria entre o Município e a concessionária;

IV - construção de novas instalações para funcionamento de creches e pré-escolas, bem como reforma das já existentes;

V - implementação da política de atendimento à criança e adolescente, através de colaboração com o conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

VI - criação de programas especiais para idosos e de assistência às pessoas portadoras de deficiência física;

VII - criação de espaços para a prática de esportes e lazer;

VIII - execução de obras de infra-estrutura urbana nas vias e logradouros públicos, com implantação e recuperação de pavimentação asfáltica;

IX - adoção de uma política municipal de maior proteção ao meio ambiente, sobretudo com implementação de técnicas avançadas de tratamento de lixo domiciliar e hospitalar, bem como de restrição ao uso de áreas de riscos geológicos;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

X - adoção de medidas visando à instalação de indústrias não poluentes no Município, como forma de aumentar a arrecadação e criação de novos empregos.

Artigo 3º - Para implantação das prioridades e atingimento das metas de que tratam o artigo 2º desta Lei, o Município observará as seguintes diretrizes:

I - a representação formal se fará segundo as prescrições da Lei Federal nº 4.320, de 31 de março de 1964, ou de Lei Complementar que a respeito vier a dispor;

II - as dotações orçamentárias deverão refletir a vinculação estabelecida pela Constituição, no seu artigo 212, bem como os limites às despesas com pessoal por este impostos.

Artigo 4º - O Executivo deverá propor sempre que necessário Projetos de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição ou aperfeiçoamento da legislação sobre contribuição de melhoria;

II - adequação das alíquotas e bases de cálculos das taxas à realidade do Município e ao custo dos serviços prestados;

III - adequação da Planta Genérica de Valores, objetivando melhoria na arrecadação dos Impostos Sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana e sobre a Transmissão de Bens Imóveis "Inter Vivos";

IV - revisão das alíquotas e da legislação do Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza.

Artigo 5º - No exercício financeiro de 1997, fica o Executivo autorizado a admitir pessoal na forma da Lei, para atendimento dos serviços públicos, observados o número de cargos criados por Lei, ou de empregos para atender as necessidades de excepcional interesse público na forma da legislação aplicável.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

junho de 1.996.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 26 de


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


SÉRGIO MONTANHEIRO
1º Secretário

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.325, DE 28 DE JUNHO DE 1996

(Estabelece Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 1997)

JOÃO CARLOS CARAMAZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as metas e prioridades do Governo Municipal para o exercício de 1997, bem como as orientações para elaboração do orçamento do período e das alterações na legislação tributária.

Parágrafo único - Desta Lei consta, ainda, as autorizações relacionadas ao Pessoal do Município.

Artigo 2º - No exercício financeiro de 1997 o Município buscará alcançar, dentre outras, as prioridades e metas a seguir especificadas:

I - execução de obras de ampliação e implantação de novos Postos de Saúde, procurando priorizar as áreas de maior concentração populacional;

II - aquisição de equipamentos médicos para reposição daqueles inutilizados pelo uso, bem como para os novos Postos de Saúde;

III - execução de obras de saneamento básico, por intermédio de empresa concessionária ou, ainda, em sistema de parceria entre o Município e a concessionária;

IV - construção de novas instalações para funcionamento de creches e pré-escolas, bem como reforma das já existentes;

V - implementação da política de atendimento à criança e adolescente, através de colaboração com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

VI - criação de programas especiais para idosos e de assistência às pessoas portadoras de deficiência física;

VII - criação de espaços para a prática de esportes e lazer;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

VII - execução de obras de infra-estrutura urbana nas vias e logradouros públicos, com implantação e recuperação de pavimentação asfáltica;

VIII - adoção de uma política municipal de maior proteção ao meio ambiente, sobretudo com implementação das técnicas avançadas de tratamento de lixo doméstico e hospitalar, bem como de restrição ao uso de áreas de riscos geológicos;

X - adoção de medidas visando à instalação de indústrias não poluentes no Município, como forma de aumentar a arrecadação e criação de novos empregos

Artigo 3º - Para implantação das prioridades e atingimento das metas de que tratam o artigo 2º desta Lei, o Município observará as seguintes diretrizes:

I - a representação formal se fará segundo as prescrições da Lei Federal nº 4.320, de 31 de março de 1964, ou de Lei Complementar que a respeito vier a dispor;

II - as dotações orçamentárias deverão refletir a vinculação estabelecida pela Constituição, no seu artigo 212, bem como os limites às despesas com pessoal por este impostos.

Artigo 4º - O Executivo deverá propor sempre que necessário Projetos de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - adequação ou reforma do conteúdo da legislação sobre contribuição de melhoria;

II - atualização das alíquotas na base de cálculo das taxas à realidade do Município;

III - adequação da Planta Genérica de Valores, objetivando melhoria na arrecadação dos Impostos Sobre a Propriedade Predial e Terrestrial urbana e sobre a Transmissão de Bens Imóveis "Inter Vivos";

IV - revisão das alíquotas e da legislação do Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza.

Artigo 5º - No exercício financeiro de 1997, fica o Executivo autorizado a admitir pessoal na forma da Lei, para atendimento dos serviços públicos, observados o número de cargos criados por Lei, ou de empregos para atender às necessidades de excepcional interesse público na forma da legislação aplicável.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
RUA ALFREDO SAO PAULO

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 28 de junho de 1996

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 28 de junho de 1996.

ANTÔNIO FRANCISCO DE MELO
Secretário de Governo